



O CASO DA MALETA (THE CASE OF THE SUITCASE)

Maria de Fátima CRUVINEL (UFG/ PG-Universidade Estadual Paulista – Araraquara)

ABSTRACT: *The starting point of this paper is the text “A professora e a maleta”, by Lygia Bojunga Nunes. It intends to discuss the allowances and limitations of the reader’s interpretation, based on some reading theories and the Bakhtin’s conceptions of the discursive genders.*

KEYWORDS: *literature; gender; reading; reception; interpretation.*

0. Propondo a discussão

A tentativa de apreensão dos sentidos levou estudiosos do texto e da teoria literária a empreenderem movimentos, os quais, ao longo do tempo, podem ser sintetizados, *grosso modo*, em três enfoques principais: o centramento no autor, a supervalorização do texto e por último a evidência do leitor. Partindo da concepção de texto como um organismo vivo e passível de transformação por quem o manipula, dada a natureza dialógica da linguagem, algumas teorias tomam as condições de produção e recepção do texto como bastidores do processo de constituição dos sentidos pelo leitor, não perdendo o foco, portanto, da autoria e do contexto sócio-histórico em que se encontram mergulhados tanto o leitor quanto o autor, nas atividades de análise da manifestação textual.

O teórico russo Mikhail Bakhtin (1997: 290) questiona a redução que se faz do complexo sistema da comunicação verbal, na forma com que se representam os pólos da locução e da recepção no processo comunicativo, reclamando a participação ativa não só do locutor (autor) mas também do receptor, já que toda compreensão é “preche de resposta”, dada a alternância dos sujeitos falantes. Postula, com isso, a presença do “outro” no processo de interlocução: “o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente) completa, adapta, apronta-se para executar, etc.” Para um dos teóricos da estética da recepção e do efeito, Wolfgang Iser (1996: 51), o texto só se realiza, e adquire sentido, a partir de uma “consciência receptora”, de forma que o sentido deixa de ser um objeto a ser definido para se tornar um efeito a ser experimentado no processo da leitura.

É com a recolocação do significativo papel do leitor no movimento da comunicação verbal que se passa a postular que a experiência de leitura se realiza mediante o encontro autor-texto-leitor. O crítico Augusto Meyer (1947:11) poeticamente sintetiza essa experiência como um tapete voador em que leitor e autor são passageiros exclusivos. Mas mesmo com todos esses deslocamentos, com todas as



teorias que inegavelmente têm corroborado os estudos de textos e a compreensão da experiência estética, a interpretação ainda provoca inquietações; o jogo da liberdade e da imposição ainda se mantém como problema crucial da atividade de leitura. Assim é que se propõe, neste estudo, a curiosa tarefa de investigar, a partir de um episódio com a leitura do texto “A professora e a maleta”, parte do livro *A casa da madrinha*, de Lygia Bojunga Nunes, as licenças mas também as limitações do leitor, ou o “pacto” entre autor e leitor, de que fala Sartre (1999: 46), a partir do qual, no movimento da leitura, constituir-se-ão efeitos de sentido. É com base na compreensão de leitura como resultado de um processo de produção de sentidos a partir da explicitação, pelo leitor, das marcas discursivas presentes nas formas de articulação material e simbólica do tecido narrativo, que se pretende refletir sobre o movimento empreendido pela professora eventual de minha aluna (nomeada a partir de agora “leitora”) nos meandros da materialidade textual de “A professora e a maleta” representada no projeto discursivo da autora Lygia Bojunga Nunes.

1. Descrevendo o episódio

No ano de 1991, surpreendi-me com a manifestação de uma aluna que se limitava normalmente a assistir ao que se passava nas aulas. Era uma turma do curso de Pedagogia, em uma disciplina cuja ementa permitia-me discutir concepções de educação, ensino de língua e também contemplar a literatura infantil e juvenil, ainda tão ausente dos cursos de formação de professores. Mais por timidez que por rebeldia ou indiferença, aquela aluna nunca se pronunciava, a não ser quando solicitada. Não sei exatamente que traços de seu rosto traziam-me a imagem de Cecília Meireles. Ficou sendo para mim Cecília. Seus olhos eram grandes e, contraditoriamente, calmos e inquiridores. Esses detalhes, irrelevantes para a discussão que se propõe aqui, justificam-se para dimensionar tanto a minha surpresa com a interferência da aluna quanto sua veemência no relato que fez, narrado com um misto de indignação e desprezo. Os mesmos detalhes devem ter contribuído também para que esse episódio permanecesse ecoando em minha memória, como algo mal resolvido, a ponto de hoje, quase dez anos depois, eu o eleger como pano de fundo para discutir a interpretação.

Sua indignação provinha de uma leitura que vira uma outra professora fazer de um texto que já havíamos trabalhado em sala de aula, “A professora e a maleta”, do livro *A casa da madrinha*, de Lygia Bojunga Nunes. Enquanto havíamos, no movimento de nossa leitura do texto reconhecido sentidos que iam ao encontro das nossas expectativas de educação, principalmente na figura da professora, o mesmo fora tomado declaradamente, pela leitora, como pretexto para demonstrar uma prática, através da postura da mesma personagem, no mínimo errada e por isso modelo do que não deve ser seguido.

2. Lendo a leitura da professora-leitora

Depois de revelada tal leitura, a volta solitária ao livro para, no silêncio, escutar-lhe sentidos que porventura tivessem se calado (ou sido calados?) durante o tempo de conhecimento travado entre nós. Não encontrando provas que salvassem essa leitura, condenei a leitora.



Reabro agora o caso, não para fazer julgamentos, mas para tecer considerações. Os sentidos de um texto, dada a multiplicidade de sistemas ideológicos e sociais que permeiam as manifestações verbais, não se reduzem à imanência dos signos que se apresentam na materialidade da página, mas se constroem mediante articulações e coerções várias. Tentarei considerar como se construiu a leitura a mim relatada, à luz de algumas dessas implicações, buscando não perder de vista o modo e o lugar como se realizou tal leitura e, evidentemente, não deixando de revelar de que mirante também eu me postei para ler não só “A professora e a maleta” mas *A casa da madrinha*, o que pressupõe considerar qual era meu horizonte de visão e expectativas quando li o texto, e orientei meus alunos a lerem-no.

Tomado como enunciado completo e inscrito em um gênero, o texto apresenta certas convenções que informam ao leitor regras para a sua entrada no jogo discursivo, ou seja, a maneira pela qual ele deverá abordar o texto. A escolha do gênero, que se relaciona com o querer-dizer do locutor, pressupõe o tipo de resposta do leitor. Mesmo os gêneros literários, conforme Bakhtin (op.cit.: 291), contam com uma compreensão responsiva, ainda que retardada. No texto em questão, literário e de modalidade narrativa, o encadeamento das ações, articuladas mediante um plano discursivo, é fundamental para a percepção dos conflitos, que estão na base do gênero narrativo. A leitura de um fragmento desconsiderando a totalidade é, portanto, um risco; dificulta a apreensão do projeto discursivo do autor. Não se pode negar que “A professora e a maleta” apresenta certa coesão e coerência internas. É a única parte do livro à qual a autora dá um título, o que lhe confere estatuto de texto independente, passível de recorte do todo. “E aí ele não perguntou mais nada. Ela também não falou mais. Até que a campanha tocou e a aula acabou.” (Nunes, 1985: 40). Esse é o fecho do recorte. Apresenta claramente um “acabamento” e propõe a alternância dos sujeitos falantes, no caso enunciatador e enunciatário, convidando à atitude responsiva.

Contudo, sem conhecer a história do protagonista Alexandre, seu passado e seu percurso até o momento em que se encontra numa escola que normalmente crianças de sua condição social não freqüentam, não se terá idéia da importância de sua participação nesse episódio, e desse episódio no livro. Se se perde a articulação interna do próprio livro — em que é possível entrever certas características internas do texto que revelam o intuito discursivo do autor com marcas de sua individualidade e de sua visão de mundo —, o que dizer do diálogo que se estabelece no conjunto de publicações de Lygia Bojunga Nunes e dessa obra com a produção literária que se oferece ao jovem leitor?

A compreensão de um texto não pode prescindir de uma visão da obra integrada a um sistema (Candido, s/d). *A casa da madrinha* compõe um conjunto de obras que contempla o público infantil e juvenil, cuja tônica é a emancipação do leitor, opondo-se a uma produção literária de tradição didático-moralizante. A palavra, enunciada, assume expressão e entonação definidas, e inscreve-se em um determinado gênero; também delinea-se aí o intuito discursivo do autor e, em certa medida, o horizonte de expectativa ou o repertório do leitor.

Retomando a coerência interna do texto em análise, é possível afirmar que sem saber que aquela professora era nova na escola, dado que não consta no fragmento lido, não se poderá, por exemplo, perceber o efeito simbólico da chuva e, portanto, não se



alcançará a dimensão do texto enquanto gênero literário, o que minimiza, ou até refrata, as possibilidades de constituição de sentidos. Para além do efeito simbólico da chuva, o que dizer da dramaticidade do diálogo que encerra o texto? O que dizer do alcance da apropriação que o literário faz do discurso oral, com o intuito evidente de questionar a exclusividade dos modelos lingüísticos reconhecidos por uma elite cultural, com expressividade que poucos escritores como Lygia Bojunga Nunes conseguem materializar. Há como que um imbricamento dos gêneros primário e secundário, que atesta o enredamento dialógico do enunciado. A expressão dessa linguagem espontânea de realização oral extrapola a fala das personagens, alcançando a voz do narrador, e vai além do plano lexical, atingindo o nível morfo-sintático. (Cf. Cunha:1986)

Sem esses dados que sustentam a trama narrativa, corre-se o risco de desvirtuar o jogo interdiscursivo que se estabelece n' *A casa da madrinha* em relação a outros textos que abordam o mesmo tema ou aos ecos dos discursos oficiais da educação com os quais o texto dialoga e, por isso mesmo, entra em polêmica. Por exemplo, a voz da escola (e sua compreensão de educação) se materializando na definição dada à situação da professora: o confisco de sua “maleta”, ou a representação mesma da linguagem oralizada como contrapalavra ao padrão culto da língua que a escola veicula indiferente à norma do aluno, e que a literatura infantil de cunho didático reitera.

A célebre colocação de Paulo Freire (1986a), de que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, tão gasta mas fundamental para a compreensão do leitor como sujeito da leitura, cabe aqui ser lembrada. O intuito é provocar: afirmar a liberdade da professora como leitora de Bojunga e ao mesmo tempo questionar sua interpretação, já que é possível ler “A professora e a maleta” como revestimento ficcional-discursivo das idéias de Paulo Freire. Lygia Bojunga tematiza, com uma maestria sem par, a leitura como o movimento da palavra ao mundo e vice-versa.

Não se pode esquecer que o texto é aberto mas não deixa de guiar e em certa medida constranger o leitor. Umberto Eco (1997: 93) assevera: “Entre a intenção inacessível do autor e a intenção discutível do leitor está a intenção transparente do texto, que invalida uma interpretação insustentável”. A compreensão sobre educação veiculada pela personagem que encarna a professora pode ser lida nas linhas do texto, portanto na própria superfície narrativa, deflagrada, por exemplo, em sua proposta de aula de geografia: uma viagem imaginária. Dispostas tal como passageiros de avião ou de trem, as crianças viajam pelas fotografias, reproduções certamente recortadas de revistas, espalhadas pelo chão da sala de aula. Ela propõe um jogo que se circunscreve na transmutação do espaço real da classe para o espaço recriado pelo imaginário motivado pelo produto de uma lente objetiva.

Assim como essa aula, outras, como a da matemática inventada e ensinada na prática da culinária em plena escola, configuram um discurso narrativo que rejeita a hipótese de interpretação apresentada à minha aluna. Longe de se reduzir a pacotes encerrados na maleta que representariam, conforme a leitura aqui discutida, uma prática educacional condenável porque atestaria uma postura restrita e restritiva da professora a conteúdos e estratégias preestabelecidas e repetidas, ela se caracteriza pela gama de possibilidades tiradas, metaforicamente, da gorducha maleta. Contraposta à palavra “pacote” e sua conotação de algo fechado, tem-se a idéia de variedade de cores, formas,



tamanhos: “Tinha pacote pequenininho, médio, grande, tinha pacote embrulhado em papel de seda, metido em saquinho de plástico, tinha pacote de tudo quanto é cor” (Nunes, op.cit.: 37). Por todo esse movimento sugerido pela heterogeneidade dos pacotes que se reflete nas aulas, não é difícil interpretar o único pacote sem cor e nunca aberto como o conteúdo programático, obrigatório, possibilidade que, pelo contexto, justifica a atitude da professora: “Todo dia ela botava o pacote em cima da mesa. Mas na hora de abrir ficava pensando se abria ou não, e acabava guardando o pacote de novo” (Nunes, op.cit: 38). É pertinente perguntar, então, com base nessas transcrições, se o que se apresenta para leitura autoriza a interpretação de incompetência didática da professora e a conseqüente opção pelas aulas prontas, em pacotes? Pode-se referir aqui à “intenção transparente” do texto, de que trata Eco. E para não ficar apenas na superfície textual, esses sentidos podem ser defensáveis pelo pano de fundo cultural e histórico da produção literária dessa escritora, ou pelo que os estetas da recepção chamam “horizonte de expectativa” e “repertório”.

Já dissemos que no gênero a palavra assume expressão e entonação típicas. A maleta, metáfora da prática pedagógica da personagem, é elemento significativo do enunciado-narrativa em seu todo e só aí se reveste desse sentido. Trata-se da compreensão de educação como um acontecimento: “Só pela cor do pacote as crianças já sabiam o que ia *acontecer*” (Nunes, op.cit: 37, grifo meu). Movimento que transita de pólo a pólo, na interação entre professor e aluno, que não se sustenta sem a relação com o mundo, a prática da professora e a resposta de seus alunos impelem o leitor a interpretar, aí, uma visão particular de educação. Considerando com Paulo Freire (1996b: 4), que ler é “adentrar nos textos, compreendendo-os na sua relação dialética com os seus contextos e o *nosso* contexto” pode-se entender a leitura-motivo de nossa discussão, e estabelecer o diálogo entre ele e Nunes (op. cit.: 38): “No dia em que Alexandre achou o pacote, resolveu contar pra turma como é que ele vendia amendoim na praia.”

Situemos o contexto ou a “posição responsiva” de onde se realizou tal leitura: Era um curso de atualização (ou como preferem dizer “reciclagem”) de professores de primeira fase de ensino fundamental (tal como a personagem da maleta), cuja proposta, quase sempre, prima pelo receituário e avaliação de práticas pedagógicas. Não se trata de um lugar de reflexão, mas de determinação de normas a partir do julgamento de práticas. Não há verdadeiramente uma interlocução. A voz, centralizada em um dos pólos, é monológica, autoritária, e deixa entrever, na leitura que faz do texto, sua própria concepção de educação. O lugar de onde fala justifica a interpretação feita de “A professora e a maleta”, denunciando o uso do texto como preceito às avessas.

3. Encerrando o caso, não a discussão

Pensar no professor como mediador da leitura em sala de aula, não pressupõe conceder-lhe a autoridade de dar uma significação prévia ao texto, interditando o movimento de interpretação do novo leitor, o aluno. Mas como uma imagem refletida ao contrário, forjada ao revés, tem-se uma outra postura, a de apresentar o texto como passível de qualquer leitura e interpretação. Aparentemente democrática, essa prática inscreve-se sub-repticiamente no controvertido e tirânico discurso da leitura pelo prazer.



A total liberdade à interpretação revela, antes, incompreensão das propostas de investigação textual vistas como processo do qual participa o leitor.

Ao mesmo tempo que se pode considerar o texto, principalmente o de função estética, aberto à contribuição do leitor na constituição de seus sentidos, não se pode esquecer que ele se constrói mediante propriedades que orientam o alcance da interpretação. Há marcas ou “linhas de força” que podem ser deslocadas, conforme a situação de circulação e recepção do texto, mas não podem ser anuladas, sob pena de se desconsiderar a existência de uma voz autoral, resguardada na relação do autor com sua própria palavra. Bakhtin (op.cit.: 313) aborda a relação do locutor com a palavra sob três aspectos: “como *palavra neutra* da língua, que não pertence a ninguém; como *palavra do outro* pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como *palavra minha*, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade”.

Nessa perspectiva, não é possível padronizar leituras, já que entra no processo de constituição de sentidos a expressividade do autor e a memória discursiva do leitor, ambas atravessadas por ecos de vozes alheias, na forma de intertextos ou interdiscursos, agindo sobre uma materialidade discursiva, cujos sentidos previstos nem sempre são os recebidos e interpretados. Mas cabe aqui considerar se a leitura realizada pela leitora se configura como uso ou interpretação. Se, em vez de tomar o texto para apreender-lhe os sentidos, ela o tomara para evidenciar os sentidos que atendiam ao seu propósito imediato de discutir posturas pedagógicas, impondo sentidos ao texto.

Ler é percorrer marcas, correr riscos, reescrever, sobre a trilha das palavras. Minha leitura hoje do caso é esta, que eu exponho para quem queira pontuar, já que do lugar de que falo, da entonação que uso para ler a dupla leitura, a da leitora e a minha de dez anos atrás, somada à retomada do texto hoje, pode-se depreender também uma imposição de sentidos que referendam uma concepção de educação. Porque não há leitura inocente ou transparente, o leitor vai ao encontro do texto orientado por regras, valores, pressupostos, e porque apesar de as palavras não serem de ninguém, a serviço de um locutor, comportam sempre um juízo de valor. (Bakhtin, op.cit.: 309)

RESUMO: Este estudo parte do texto “A professora e a maleta”, de Lygia Bojunga Nunes, para discutir as licenças e limitações do leitor, à luz de teorias da leitura e da concepção de gêneros discursivos de Bakhtin.

PALAVRAS-CHAVE: literatura; gênero; leitura; recepção; interpretação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos. 4 ed. São Paulo: Martins, s/d. v.1.



- CUNHA, M^a Antonieta. A inovação lingüística em Lygia Bojunga Nunes. In: KHÉDE, S. S. (org.) *Literatura infanto-juvenil: um gênero polêmico*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1986a.
- _____. Da leitura do mundo à leitura da palavra. In: *Leitura: teoria e prática*, n. 0, Ano 1. Porto Alegre: ALB/Mercado Aberto, jul. de 1986b.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura. Uma teoria do efeito estético*. v.1. São Paulo: Editora 34, 1996.
- MEYER, Augusto . Do leitor. In: _____. *À sombra da estante*. São Paulo: José Olympio, 1947.
- NUNES, L. B. *A casa da madrinha*. 7 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1985.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura*. 3 ed., São Paulo: Ática, 1999.